

INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA COM JOVENS
Ecos de Diversidade
YouNDigital Toolkit

Editoras

Margarida Maneta
Mariana Müller

Ficha técnica

Título: Investigação Participativa com Jovens - Ecos de Diversidade

Editoras: Margarida Maneta e Mariana Müller

ISBN:978-989-757-299-9

<https://doi.org/10.60543/1raf-4502>

Este Toolkit foi desenvolvido no âmbito do projeto “YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital” (PTDC/COM-OUT/0243/2021), financiado através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. DOI 10.54499/PTDC/COM-OUT/0243/2021. <https://youndigital.com/>

Índice

1 Nota Introdutória

Margarida Maneta e Mariana Müller

Parte I

4 YouNDigital: Audiências Jovens e Diversidade

Maria José Brites

5 Ética na Investigação com Crianças e Jovens

Teresa Sofia Castro

Parte II

7 É preciso recuperar Odara

Gessica Correia Borges

10 Rap, jovens e cidadania

Redy Wilson Lima

Parte III

16 Morar fora: uma família, vários mundos e o invisível

Claudio Abdo

17 A incidência transformadora da fotografia participativa no projeto Olhares em Foco

Daniel Meirinho

21 Investigação participativa com jovens na promoção da diversidade

Disakala Ventura

26 **Notas biográficas**

Nota introdutória

Diversidade. É a palavra que atravessa esta publicação: do repto lançado aos autores e autoras até à sua versão final, disponível nas mãos (ou no ecrã) de quem nos lê agora. A ideia inicial partiu de duas constatações basilares ao longo do projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital (DOI 10.54499/UIDB/05260/2020), em que, por sua vez, este Toolkit se insere: por um lado, de que a diversidade se constitui como uma lacuna de investigação quando pensamos as audiências jovens e nas notícias, como concluiu a revisão sistemática de literatura, aplicada a partir do protocolo PRISMA, no âmbito deste mesmo projeto (Brites et al., 2023); por outro lado, também motivado pelo resultado dessa revisão de literatura e apresentando como resposta, de que queríamos abarcar a diversidade ao longo das fases seguintes do projeto.

Assim, nasceu este Toolkit. Refletimos sobre que diversidades são essas e o que queríamos reunir aqui. Numa lógica contra-hegemónica, decidimos que o escreveríamos em Língua Portuguesa. E, conseqüentemente, que teríamos diferentes expressões dessa diversa Língua Portuguesa, com contributos vindos de regiões e variantes distintas.

Para estruturar esta nossa ideia, procuramos (e encontramos!) pessoas com trajetórias também elas diversas que aceitaram contribuir para o debate. Reunimos aqui contributos de investigadores, ativistas, artistas, professores, migrantes, jovens e adultos. Alguns deles tudo isto ao mesmo tempo.

Na primeira parte, Maria José Brites, investigadora responsável do projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital, reflete em torno da diversidade e das audiências jovens, recuperando fases do trabalho de campo do projeto, que têm as notícias e a cidadania digital como enquadramento. Teresa Sofia Castro, investigadora co-responsável do projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital, apresenta o e-book *Ética na Investigação com Crianças e Jovens*. Este livro reúne entrevistas com 12 investigadores de oito países e três continentes, que conversam sobre as subjetividades éticas na investigação com populações mais jovens.

Na segunda parte, Gessica Correia Borges disserta sobre a necessidade de recuperar Odara, a partir da sua experiência enquanto jovem negra migrante brasileira investigadora em Portugal. Num ensaio crítico, retrata a forma como, para si, a academia e o ativismo estão interligados. Redy Wilson Lima conta o modo como o rap cabo-verdiano se tem apresentado, ao longo dos últimos anos, como uma ferramenta de afirmação juvenil e espaço de cidadania.

Na terceira parte, Claudio Abdo procura perceber como se dão os processos migratórios de crianças e jovens, a partir de entrevistas com uma família de migrantes brasileiros em Portugal. Já Daniel Meirinho apresenta o projeto Olhares em Foco, em torno da fotografia participativa, e o modo como este dialoga com a cidadania e a diversidade. Por fim, Disakala Ventura traz-nos uma perspetiva a partir de Angola, mais concretamente da organização Plataforma Cazenga em Ação que tem promovido o empoderamento juvenil e a participação cidadã.

Este Toolkit constitui-se como um ponto de partida abrangente, desde os resultados do projeto YouNDigital às práticas desenvolvidas noutros continentes, para pensar a investigação participativa e diversa com jovens. Não é, no entanto, um ponto de chegada - porque esses podem ser múltiplos e também diversos. Os nossos votos são de que o seu legado ecoe e, a partir daqui, a diversidade passe de lacuna a tendência.

Margarida Maneta
Mariana Müller

Referências

Brites, M. J., Castro, T. S., Maneta, M., Amaral, I. & Sousa, C. (2023). YouNDigital – Relatório Revisão de Literatura PRISMA (fase 2). Universidade Lusófona, CICANT.

Parte I

por Maria José Brites

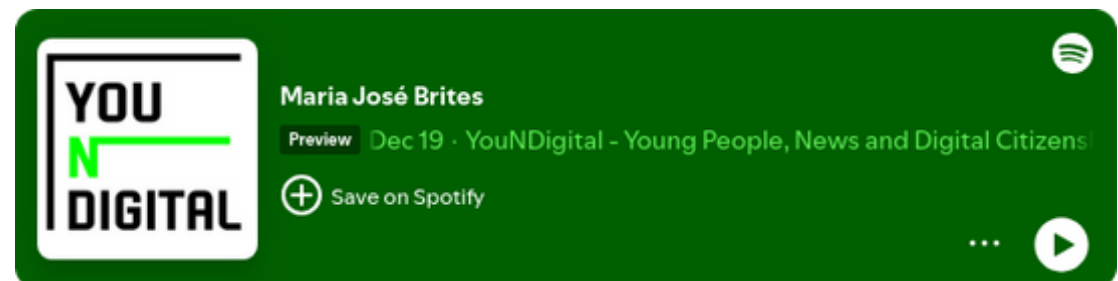


YouNDigital: audiências jovens e diversidade

O projeto YouNDigital baseou-se em métodos complementares para abordar os sentidos das notícias nas perspetivas jovens e o modo como estes entram em contacto com o mundo. O contributo de Maria José Brites, que procurou ir além da visão ocidental dos contextos mediáticos e noticiosos, pode ser ouvida no Spotify.



O projeto YouNDigital procurou pensar esta dimensão, digamos assim, das audiências de notícias, se quisermos assim chamar-lhes, um pouco mais invisíveis, face ao panorama mais vasto dos estudos de audiências juvenis e de notícias. Procurou trazer um pensamento, sobretudo a partir de duas abordagens. Por um lado, a abordagem relacionada com a revisão de literatura e, por outro, o cuidado que foi tido durante o projeto já na fase dos estudos empíricos.

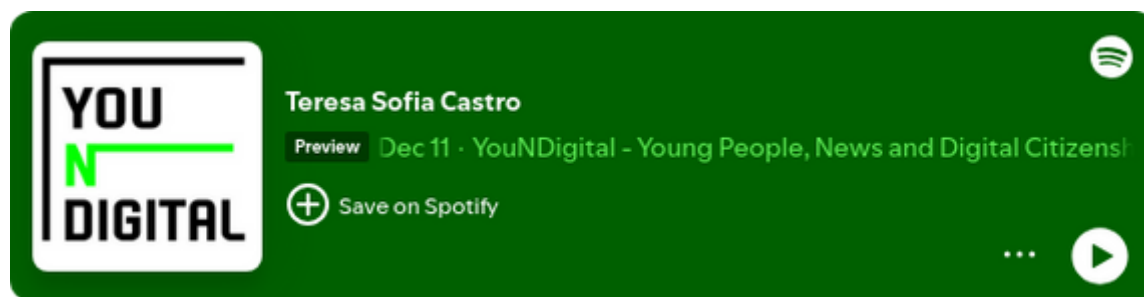


por Teresa Sofia Castro



Ética na Investigação com Crianças e Jovens

O ebook *Ética na Investigação com Crianças e Jovens* reúne entrevistas com 12 investigadores de oito países e três continentes. Teresa Sofia Castro apresenta o teaser desta obra, feita em co-autoria com Maria João Leote de Carvalho e Maria José Brites, no Spotify.



Este ebook nasce em tempos complexos, em que se discute cada vez mais a importância de uma investigação ética e responsável, especialmente quando crianças e jovens são os participantes da investigação. Esta obra da autoria de três investigadoras do projeto YouNDigital, nomeadamente eu, Maria João Leote Carvalho e Maria José Brites dá voz às subjetividades éticas na investigação com populações mais jovens com diferentes contextos de vida.



Parte II



É preciso recuperar Odara

Muitas vezes me perguntam como é ser eu em Portugal. Ao tentar elaborar uma resposta, fatalmente, me pego pensando nos marcadores sociais que me afetam, sempre de formas diferentes, a depender do contexto. Ao andar na minha freguesia no caminho para comprar pão, sou mulher e negra. Ao falar ao telefone com algum serviço público português, sou mulher, migrante brasileira, às vezes jovem. Ao me candidatar a oportunidades que podem contrabalançar um pouco um presente e futuro de precariedade em que estamos mergulhados neste país, sou mulher negra, migrante brasileira, e jovem investigadora. Vivo em identidades forjadas em noções de hibridismo, no melhor estilo Gloria Anzaldúa de ser. E, nesse sentido, a tal diversidade, assim, toda pop, embrulhada pelo discurso neoliberal, não me cabe. Mas já lá vamos aos conceitos.

Antes disso, inspirada em Djaimilia Pereira de Almeida, gostava de contar como é um dia de uma jovem negra migrante brasileira investigadora em Portugal hoje, segundo eu mesma, e nessa ordem. É claro que os dias não são iguais, e este dia em específico não é representativo de toda uma realidade, mas sim uma parte importante dela.

Falo da realidade de pessoas marcadas pela marginalização histórica, às quais as vozes são constantemente silenciadas e, também por isso, tão preciosas. Escrevo com base numa narrativa pessoal porque acredito que falar sobre as nossas experiências é uma das tecnologias de libertação possíveis, e uma forma de inscrever um novo mundo, mais heterogêneo, mas também porque é sobre isso que me apetece escrever hoje. E escrever sobre o que nos apetece, também como diz Djaimilia, é de “um privilégio, uma lata, uma coragem extraordinária” (1).

Naquele dia, amanheceu chuvoso e cinza, lá fora e aqui dentro. Depois do café da manhã, sentei-me à mesa do computador para trabalhar num artigo acadêmico sobre as diferenças do discurso nos média alternativos e mainstream em Portugal. O caso para exemplo comparativo é o da Cláudia Simões (2) e, conforme o dia passa, torna-se um exercício demasiado doloroso ver o rosto dela, desfigurado pela violência policial, revitimizado como espetáculo mediático em tantas matérias jornalísticas.

Conforme a investigação avança, encontro poucas notícias onde o relato da própria vítima é tido em consideração, sendo o destaque dado às autoridades policiais e jurídicas. O portal de media independente Afrolis, criado e gerido por pessoas negras e migrantes, é um dos poucos onde se pode ouvir, literalmente, a voz de Cláudia (3). Penso na composição do músico brasileiro Emicida que diz “tudo que nós tem é nós”, e na importância de ocuparmos o ecossistema mediático com as nossas próprias iniciativas, demandas e vozes. Da estante, o recém-lançado livro Tribuna Negra (2023) sorri para mim.

Mais para o final da tarde, no meio da escrita do artigo, recebo uma chamada urgente: dois amigos brasileiros, trabalhadores da Casa Odara, no centro do Porto, foram agredidos em meio a insultos xenófobos por homens brancos portugueses. Em poucos minutos, somos várias pessoas no local, unidas em luta e solidariedade, em defesa de um espaço fundado e mantido por pessoas migrantes brasileiras, racializadas, e que desde 2023 vem sendo também um quilombo urbano onde se pode nutrir o amor como prática revolucionária, como nos ensina bell hooks. Convocamos imediatamente uma manifestação que, no dia seguinte, sob a presença intimidadora da chuva forte e policiais, uniu forças e vozes cantantes em evocação a Caetano Veloso: “Deixa eu cantar, que é pro mundo ficar Odara”.

As intersecções entre academia e ativismo nunca foram, para mim, mera elaboração teórica. Em um momento, estou tentando articular teoricamente o papel dos média no reforço de representações sociais racistas, e no momento seguinte estou na rua, ajudando a mobilizar uma manifestação coletiva em repúdio à violência racista e xenófoba cada vez mais presente em Portugal. Abraço-me à consciência mestiça de Anzaldúa, sabendo que viver entre fronteiras (geográficas, culturais, identitárias e simbólicas) é viver a diversidade de maneira dolorosa, mas também poderosa e resiliente. Não a resiliência extenuante de conter o ódio do outro, mas aquela que flui como água no rio, em busca do oceano profundo de transformações.

Quando o neoliberalismo embrulha o discurso da diversidade e vende como inclusão simbólica ou cosmética de vozes marginalizadas, afasta-se cada vez mais da experiência política das pessoas. Em um dia da minha vida como jovem negra migrante brasileira investigadora em Portugal há muito da realidade objetiva almejada pelos projetos de investigação e meios de comunicação habitualmente escorados na bandeira da diversidade, mas que pouco se comprometem com a destruição das estruturas de poder que tornam estes mesmos espaços possíveis.

A diversidade não é um conceito apolítico, harmônico e colorido, e também não é a aceitação de umas poucas pessoas racializadas, cuí, de classes baixas, ou mulheres nas equipes. É um questionamento contínuo, profundo e prático do imenso arsenal da colonialidade produzido no passado e no presente pelo imperialismo e o capitalismo, e reconhecimento honesto das contradições, conflitos e complexidades necessárias à transformação. Quando me perguntam como é ser eu em Portugal, a sujeita “eu” coexiste com “nós”. Um nós alimentado pela ideia de unidade e luta, de Amílcar Cabral, mas que também se permite o direito à opacidade, como nos ensina Édouard Glissant. Um “nós” fronteiriço, que propõe ir além da diversidade meramente tolerante e inclusiva, mas antes entende que resistir cansa, e gentes cansadas não lutam. Cada vez mais, é preciso recuperar Odara.

(1) Afirmação da escritora em entrevista recente ao jornal Observador. Disponível em <https://observador.pt/especiais/djaimilia-pereira-de-almeida-ser-uma-escritora-negra-hoje-e-reclamar-o-meu-direito-ao-gozo-da-escrita/>

(2) (2) Cláudia Simões, mulher negra de nacionalidade angolana, na altura com 47 anos foi brutalmente agredida em 19 de janeiro de 2020 por agentes da Polícia de Segurança Pública, numa paragem de autocarro na Amadora, região metropolitana de Lisboa, numa discussão por sua filha ter-se esquecido do passe.

(3) Trata-se do episódio de podcast produzido pela Rádio Afrolis, denominado “Retratar. Cláudia Simões”, disponível em <https://afrolis.pt/radio-arquivo-afrolis-retratar-e-educar/>

Referências

Anzaldúa, Gloria. (1987). Borderlands/La Frontera: The New Mestiza

Glissant, Édouard, Costa, Kelia Prado & Groke, Henrique de Toledo. (2008). Pela opacidade. Revista Criação & Crítica, 1, 53-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i1p53-55>

Cabral, Amílcar. (1976). A arma da teoria. v. 1: Unidade e luta.

Moreira, Joana; Ventura, Diogo. (2024, setembro 28). Djaimilia Pereira de Almeida: "Ser uma escritora negra hoje é reclamar o meu direito ao gozo da escrita". Observador. <https://observador.pt/especiais/djaimilia-pereira-de-almeida-ser-uma-escritora-negra-hoje-e-reclamar-o-meu-direito-ao-gozo-da-escrita/>

Afrolis. (2023). Rádio Arquivo Afrolis: Retratar e Educar. <https://afrolis.pt/radio-arquivo-afrolis-retratar-e-educar/>



Rap, jovens e cidadania

No ano de 2010 percebi que o rap cabo-verdiano além de funcionar como uma nova forma de afirmação juvenil e uma ferramenta através da qual os jovens estavam a (re)descobrir África, constituía-se também como um interessante espaço de cidadania, o que comecei a explorar do ponto de vista académico, inicialmente como uma dimensão do estudo dos thugs (a forma como os gangues de rua são referidos na Praia) e, posteriormente, tal como estes, constatei que poderia servir como uma lente com o qual era possível compreender as contradições da sociedade arquipelágica, bem como as suas dinâmicas juvenis.

O Sima sta nu ka podi fika (1) de Hélio Batalha e PCC, lançado no You Tube em 2022 e cujo título faz referência a um clássico do batuku (2) de Nha Nasia Gomi, figura ímpar do finason (3), que fez desta máxima popular um símbolo nacional de indignação, é o exemplo mais recente dessa constatação. É um rap declaradamente político que manifesta uma dura crítica à governação do país, retratando a situação difícil vivida nos bairros periferizados da cidade capital, marcada por violências nas suas mais variadas expressões, denunciando as desigualdades sociais e a segregação das oportunidades e apelando à mobilização dos jovens com vista à sua própria emancipação social e política.



A narrativa sintetiza o sentimento de muitos jovens e coletivos comunitários, visto ter sido utilizado como slogan de protesto nesse mesmo ano convocado pela Rede das Associações Comunitárias e Movimentos Sociais da Praia. Aliás, tal como um pouco por todo o continente africano, a partir da segunda metade dos anos de 2000 o rap em Cabo Verde se consolidou como uma importante plataforma de mobilização política e de disseminação de protestos, com os seus refrões mais marcantes a serem recorrentemente usados como palavras de ordem nas mais variadas demonstrações de rua que fizeram da paisagem urbana africana no geral e cabo-verdiana em particular um espaço de luta.

Enquanto elemento oral do movimento hip-hop, o rap emerge nos anos de 1970, no South Bronx, em Nova Iorque, num contexto assinalado pelo recrudescimento dos problemas sociais desencadeados pelos processos de desindustrialização e reestruturação económica. Introduzido na sociedade cabo-verdiana nos anos de 1980 em formato breaking, o hip-hop foi apoderado como estética juvenil.

O rap em si, apesar de se fazer presente desde o início, ganha maior visibilidade e relevância no início dos anos de 1990, numa conjuntura definida pela liberalização política e implementação dos programas de ajustamento estrutural. Apesar da proeminência inicial dos beats caribenhos, essa época ficou marcada pelo contributo do rap na construção de uma estética identitária e territorial de resistência ligada à vida do bairro, mas também das relações de género, bem como na prática de uma cidadania social.

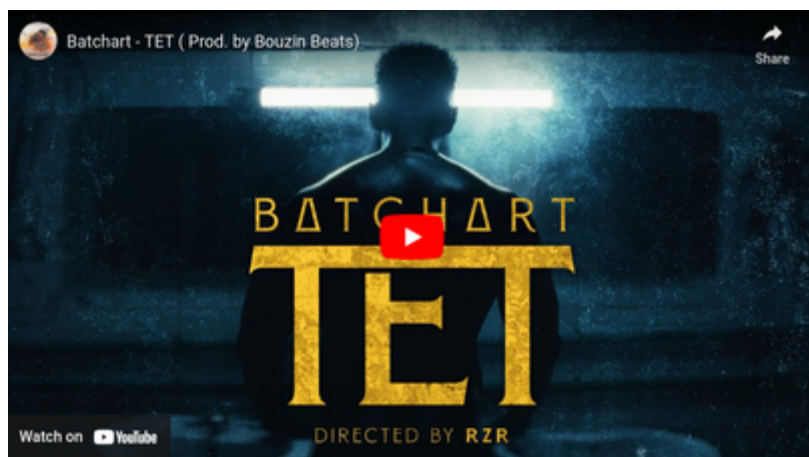


Em direção inversa, a partir da segunda metade dos anos de 1990, com os palcos eleitorais a destacarem-se como valorosos espaços de comercialização e legitimação social do rap, o recuo do Estado e a ONGuificação da oposição e, por extensão, da sociedade civil, facilitou o processo de despolitização da juventude através da sua (re)domesticação e (re)institucionalização. Contudo, subversivamente, nesse mesmo período, mas com maior intensidade nos anos de 2000, quando as contradições sociais provocadas pelas políticas neoliberais começaram a fazer-se sentir de forma mais gritante, os jovens territorializados nos espaços urbanos periferizados e estigmatizados abraçaram uma estética política identitária mais agressiva, inspirada no revolutionary gangsta rap dos NWA e Tupac. Esta versão do rap marca a confrontação de duas identidades de resistência negras opostas: de um lado, o corporate hip-hop, representado pelo thug rap, verbalmente violento e com um historial de confronto armado; por outro, o black atlantic hip-hop, representado pelo chamado rap consciente, orientado por uma ideologia pan-africana e comprometida em promover a paz no território dos thugs.

O Sima sta nu ka podi fika, assim como o Movimentu Coca, uma sátira sobre a relação ambígua entre alguns agentes estatais e o narcotráfico, concebida numa das épocas mais violentas da história urbana da Praia pós-colonial, representam uma mescla de ambas as versões, sendo a primeira produzida num contexto do rap em que a geração Z, popularmente designado em Cabo Verde de minis 2000, ganha protagonismo. Esta nova geração, despolitizada pelo efeito da empresarialização da cultura hip-hop, cujo processo é justificado como evolução, vem substituir o modelo de conceção de álbuns assente num espírito dialógico de criação coletiva para um outro de produção de hits ancorada numa lógica individualista e efémera, mais preocupada com o número das visualizações online nas redes sociais do que com um real engajamento social e político offline.

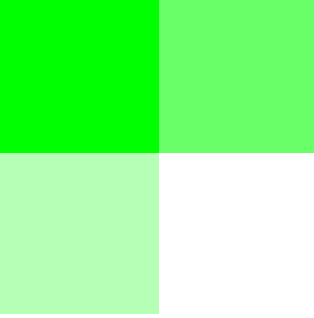


Batchart, um dos representantes do rap dito consciente, através de um ato de subversão na forma e no estilo musical preferencial desta nova geração, num vídeo conceitualmente muito bem elaborado e impactante, (re)inaugura uma nova tendência crítica e formato de sensibilização social, apresentando os minis 2000 como seres guiados pela necessidade de atenção, vítimas de um sistema ditatorial de beleza e em busca permanente de aprovação e status social nas redes sociais.



Fazendo uso do rap como instrumento de cura espiritual e psicológica, numa sociedade pontuada por elevados índices de ansiedade e depressão juvenil, a narrativa de Batchart busca alavancar o mais alto possível a autoestima dos jovens. Ainda que este tipo de participação cidadã seja visto por alguns rappers underground como uma forma de demissão política, o certo é que traz ao debate público questões relevantes que marcam o cotidiano juvenil.

Wise Henrick, um rapper cabo-verdiano radicado nos EUA, foi no início desta década uma das vozes mais críticas desse tipo de ativismo, chamando os rappers que enveredaram por esse caminho de traidores, clamando pela essência irreverente e frontal do rap político que, de forma crua e assertiva, toca em assuntos sociais fraturantes, o que é visível em Batchart, embora num estilo mais sofisticado.



Poucos dias antes do lançamento nas redes sociais de TET (4), Wise Henrick publica no You Tube o rap Indocumentado, que coincide com uma conjuntura de fuga massiva de jovens cabo-verdianos para a Europa e os EUA.

Um rap do tipo denúncia que promoveu por algumas semanas um intenso debate sobre aquilo que considera ser a ilusão da emigração, em que focando na biografia de um jovem emigrante indocumentado nos EUA, aponta o dedo à falta de empatia e de agressão emocional por parte seus próprios familiares, bem como de exploração laboral por parte dos seus próprios conterrâneos.

(1) Como estamos não podemos continuar.

(2) Expressão cultural característica da ilha de Santiago, em Cabo Verde, que exprime uma vivência emocional de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Como mensagem, procura consciencializar para a vivência sociocultural da comunidade com a finalidade de esclarecer e reforçar a vida comunitária, estimulando a solidariedade social, reforçando a coesão social e resistindo culturalmente.

(3) Parte de uma sessão do batuku em que se cantam geralmente de forma improvisada, baseada em provérbios e máximas populares.

(4) Teto.

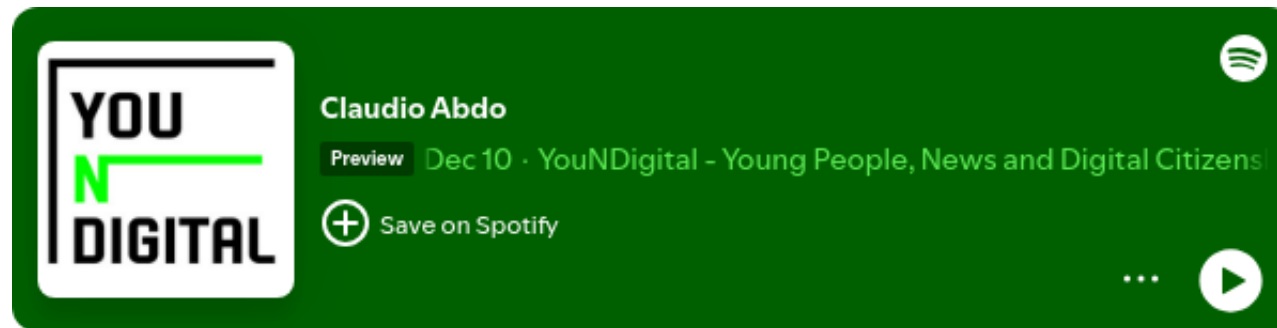
Parte III

por Claudio Abdo



Morar fora: uma família, vários mundos e o invisível

Como se dão os processos migratórios de crianças e jovens? A partir de entrevistas com uma família de migrantes brasileiros em Portugal, Cláudio Abdo propõe uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelos mais novos e dá voz às jovens Maria (18 anos) e Sofia (13 anos). A reflexão completa pode ser ouvida no Spotify.



No início ela [Sofia, a filha mais nova] falava assim **'eu só quero ser invisível'**. Porque **ela** tinha que escrever na letra cursiva, tinha toda a questão do português que é diferente e que ela tinha que adaptar. Então no início os textos dela vinham todo riscado, porque não era do jeito que escrevia no Brasil. Com o tempo a gente foi ajudando e ela conseguiu então que os textos dela viessem sem nada. Ela falava: 'agora eu só quero ser invisível para a professora não pegar no meu pé. Porque eu fazendo tudo certo, eu vou ser invisível para ela, ela não vai mais precisar falar comigo!'.
(Note: The words 'ela' and 'ela' in the original text are highlighted with green quotation marks.)

[Brasileira, imigrante, mãe de uma filha de 13 anos e outra de 18 anos, vive em Portugal desde 2021](#)



A incidência transformadora da fotografia participativa no projeto Olhares em Foco

A implementação dos primeiros grupos do projeto de fotografia participativa Olhares em Foco se iniciou em março 2011, com jovens dos territórios do Vale do Jequitinhonha e em seguida em Belo Horizonte, no Brasil. Se expandiu posteriormente para os bairros do Casal da Mira e da Cova da Moura, na Amadora e da Quinta do Mocho em Loures, em Portugal.

Desde então, o Olhares em Foco vem atuando em diversos municípios dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. Desde 2014 é uma das tecnologias sociais ofertadas pelo conjunto programático da organização não-governamental ChildFund Brasil, na perspectiva do fomento e da promoção de uma cidadania ativa, especialmente com grupos de juventude e adolescência. Apesar de as experiências, na sua maioria, terem sido realizadas com jovens, o projeto tem estimulado fortemente a ampliação para outros públicos e grupos de enfoque, a partir das dimensões identitárias e da participação cidadã. Dois exemplos foram ações com crianças moradoras em aterros sanitários no Rio de Janeiro, e com mulheres mães nas tabancas de Suzana e Varela, na Guiné Bissau.

Segundo os dados do ChildFund Brasil, entre 2014 e 2020, a cada ano, cerca de 450 jovens participaram de processos formativos associados ao projeto Olhares em Foco. Atualmente mais de 80 das Organizações Sociais Parceiras (OSP) do ChildFund Brasil incluem em seus planejamentos anuais atividades vinculadas à tecnologia social com enfoque na juventude atendida por seus projetos.

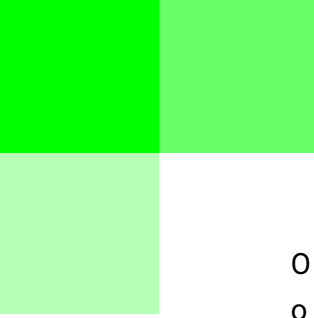
Ao pensarmos na tecnologia social Olhares em Foco como método, a fotografia é o enfoque estratégico precioso para promoção de protagonismo e incidência política transformadora, a partir da linguagem visual. A ênfase do projeto fundamenta-se nas chamadas Participatory Action Research (PAR) (Khanlou e Peter, 2005) e no método Photovoice (Wang e Burris, 1997) que fornece a possibilidade dos participantes do processo investigativo se expressarem visualmente, utilizando um “olhar ativo para definir questões que os afetam” (Lust, 2013; Woodlrych, 2004), refletindo criticamente em torno das vozes e representações hegemônicas, que na grande maioria das vezes não constitui suas identidades e formas de se ver no mundo.



A fotografia participativa, assim, se configura como uma ferramenta que possibilita investigadores e pessoas envolvidas compartilharem e potencializarem os diálogos em torno das identidades pessoais e coletivas que os formam. Sua abordagem interventiva tem buscado fomentar uma reflexão crítica e alimentar as discussões em torno dos recursos, necessidades e problemáticas pessoais e comunitárias para uma ação transformadora. Seus participantes criam histórias visuais, que são contadas em primeira pessoa, sobre suas realidades e perspectivas. Desta forma, o Olhares em Foco, tem aberto um canal de comunicação de incidência que sensibiliza pessoas, instituições públicas e os espaços de produção científica para as questões sociais participativas visuais, promovendo engajamento e mobilização dos jovens envolvidos para ações transformadoras.



O Olhares em Foco entende que, a partir do autoconhecimento, é possível compreender a dimensão identitária e promover a mediação com os participantes, cultivando assim relacionamentos construtivos, saudáveis e harmoniosos com educadores e investigadores. A construção afetiva e a compreensão dos relacionamentos consigo mesmos e com os outros tem permitido ao projeto perceber problemáticas locais e identificar as soluções dos participantes para o fortalecimento da autoestima, autoinscrição, convivência com a diversidade e valorização da pluralidade.



O educador/facilitador/interlocutor do Olhares em Foco é o ator principal para a condução do método de empoderamento, pois provavelmente será a única pessoa com a visão completa do processo de empoderamento almejada pela tecnologia social. Suas habilidades têm sido catalizadoras para a construção de vínculos, adaptação à diversas realidades e contextos, abordagem pedagógica, promoção da participação ativa, mediação de conflitos, encaminhamentos socioassistenciais e garantia das políticas de proteção.

O ato de fotografar no projeto dialoga como as imagens disseminam e desencadeiam olhares, diálogos e dinâmicas comunicativas para a promoção de “vozes” que fomentam habilidades que passam por se ver, documentar, refletir e divulgar suas próprias ideias e percepções sobre suas realidades. A “voz” é a metáfora que descreve o poder de projeção dos diálogos e participação junto a decisores políticos, sociais e culturais que afetam a vida dos envolvidos em cada localidade em que o Olhares em Foco é desenvolvido. Assim, se alcançará um “patamar crítico” capaz de promover processos de incidência transformadora em suas comunidades e territórios.

O eixo da incidência transformadora do projeto se dá pelo potencial de agrupar os vários atores do desenvolvimento, que, poderão ter um efeito sistêmico conjunto no futuro de cada grupo de jovens e localidade. Isso envolve a criação de valores compartilhados ou impacto coletivo no contexto comunitário, com o potencial de remodelar de maneira positiva a ordem das coisas, através de benefícios sustentáveis mútuos para todos os envolvidos. Essa função busca atuar através de uma abordagem silenciosa no sentido de unir um pequeno número de agentes com importância local para tratar de um assunto, problema ou oportunidade (muitas vezes de diversos setores e grupos de interesse).

Entre os requisitos-chaves para a facilitação de processos de incidência transformadora está o propósito para a mobilização dos atores sociais locais e a angariação do apoio comunitário. O pensamento sistêmico para identificar os principais pontos de alavancagem que cada grupo busca moldar e lidar com as causas-raízes e fatores-chaves de tomada de decisão parte das agendas e debates levantados sobre a produção fotográfica participativa.

Referências

Meirinho, D. (2016). Olhares em foco. Fotografia participativa e empoderamento juvenil. Covilhã: LabCom.IFP.

Khanlou, N. & Peter, E. (2005). Participatory action research: considerations for ethical review. *Social Science & Medicine*, 60(10), 2333-2340.

Wang, C. C. & Burris, M. A. (1997). Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health Education and Behavior*, 24, 369-387.

Lust, D. (2013). When a child has a disability: exploring the experience of adolescent siblings through photovoice. Tese de Doutorado, Universidade de Toledo, Toledo, EUA.

Woodlrych, R. (2004). Empowering images: using photovoice with tenants with special needs. *Housing, Care and Support*, 7(1), 31-36.



Investigação participativa com jovens na promoção da diversidade

O papel da P.L.A.C.A. na transformação social

A promoção da diversidade reflete uma ampla promoção da cidadania nos seus diversos espaços de atuação. A participação, através de transmissão de visões, ideias, experiências e perspetivas é crucial para a inclusão juvenil nas mais diversas esferas do aparelho sociopolítico angolano. A promoção da diversidade é um processo de inclusão social em todas as latitudes da vida social, pois engloba um conjunto de ações que visam a educação cidadã e o apogeu de realizações pessoais que, no seu todo, se expande à sociedade no geral.


A diversidade reflete-se como um vetor de promoção e dinamização da educação e cultura, como garante de empoderamento juvenil, incentivando a juventude no desenvolvimento de ações concretas - cingindo-se nas mais diversas lutas cívicas que refletem a inclusão de género, status social, política, de pessoas com necessidades educativas especiais e não só. Os jovens devem participar na promoção da diversidade, pois é fundamental que a juventude tenha uma perceção extensiva das necessidades da comunidade em que habitam.

A ação de promoção juvenil a diversidade deve ser um processo dinâmico e devidamente projetado para que objetivos desejados sejam atingidos, através das oportunidades que mobilizam a juventude e outras aberturas que podem elevar os valores culturais e interesse pela formação. Esta inclusão juvenil torna-se ainda mais significativa quando realizada em conjunto com organizações comunitárias e não governamentais, que atuam diretamente com os jovens e impulsionam a transformação social. Uma dessas organizações é a P.L.A.C.A. - Plataforma Cazenga em Ação, que desempenha um papel importante na promoção da diversidade em Angola.

A P.L.A.C.A. é uma organização que tem atuado como um agente de mudança no município de Cazenga, em Luanda, criando espaços para que os jovens possam participar ativamente na promoção de uma sociedade mais inclusiva. Através de ações orientadas à formação cidadã, o empoderamento juvenil e a defesa dos direitos humanos, a P.L.A.C.A. tem contribuído para o desenvolvimento de uma consciência crítica entre os jovens, incentivando-os a desenvolver ações concretas que promovam a participação cidadã.

A organização promove a ideia de que a diversidade é um processo de inclusão social que deve abranger todas as dimensões da vida, servindo como uma força motriz para a educação e a cultura. O trabalho da P.L.A.C.A. insere-se num contexto mais amplo de promoção da diversidade que visa a inclusão social como um elemento central para o fortalecimento da democracia e a promoção da participação cidadã. Uma das atividades recentes, no início de 2024, foi “No meu município fiscalizo eu”. Esta ação de fiscalização e monitoria do orçamento mensal do Plano Integrado de Intervenções nos Municípios integra-se na promoção de uma cidadania ativa e participativa na vida do município. Outro projeto emblemático foi, em 2022, “Meu voto, meu futuro”.





Esta abordagem, que envolve a participação ativa dos jovens na identificação e solução dos problemas que afetam suas comunidades, é uma ferramenta poderosa para a promoção da diversidade e o fortalecimento da cidadania incentivando ao voto. Tratou-se de um projeto de educação cívica eleitoral e monitorização eleitoral que a associação promoveu junto do município.

É neste contexto que se enquadra também o projeto “Cazenga pelas Autarquias”, uma iniciativa da P.L.A.C.A. em parceria com outras organizações, como o Projeto AGIR, que visava promover a realização das primeiras eleições autárquicas em Angola. A P.L.A.C.A. defende a implementação das autarquias em todos os municípios do país, de forma a garantir o princípio da autonomia local e a participação cidadã na tomada de decisões.

Como argumenta Banks (2017), a educação multicultural e a promoção da diversidade desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade democrática e inclusiva, uma vez que permitem a valorização de múltiplas identidades e experiências. Através de projetos de formação e capacitação, a P.L.A.C.A. contribui para o desenvolvimento de uma juventude consciente dos seus direitos e deveres, estimulando a sua participação ativa em processos de tomada de decisão e em lutas cívicas que promovem a equidade e a justiça social.

Além disso, a participação juvenil na promoção da diversidade é fundamental para a criação de políticas públicas inclusivas e representativas. A inclusão de vozes diversas e experiências múltiplas na esfera pública enriquece o debate democrático e contribui para a construção de uma sociedade mais justa.

A P.L.A.C.A. trabalha neste sentido, promovendo a formação de jovens que possam atuar como agentes de transformação nas suas comunidades, influenciando as políticas e práticas que afetam diretamente a juventude angolana. Um exemplo é a participação conjunta com a Associação Mudar Viana no projeto “Promovendo a participação cívica para os jovens”, que visa promover o debate e a educação cívica em torno da participação comunitária.

O papel da educação é também enfatizado por autores como Freire (1970), que destaca a importância da educação como um processo emancipatório capaz de promover a consciência crítica e o encolhimento cívico.

A P.L.A.C.A., através das suas iniciativas, ambiciona proporcionar aos jovens oportunidades de formação superior, tecnológica e técnico-profissional, bem como o incentivo ao empreendedorismo juvenil e ao empoderamento cultural. Essas ações são fundamentais para garantir que a juventude tenha os meios necessários para participar de forma efetiva na vida pública e na promoção da diversidade.

Dessa forma, a promoção da diversidade através da participação juvenil, conforme desenvolvido pelo trabalho da P.L.A.C.A., deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, garantindo que as oportunidades de participação sejam acessíveis a todos os jovens, independentemente de sua origem social, género, raça ou condição física. Através da criação de espaços de diálogo, formação e ação coletiva, a P.L.A.C.A. tem contribuído para elevar os valores culturais e o interesse pela formação, possibilitando que os jovens se tornem protagonistas na construção de uma Angola mais inclusiva e diversificada.

Referências

Banks, J. A. (2017). *Educating Citizens in a Multicultural Society*. Teachers College Press.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Notas biográficas

Claudio Abdo é Investigador associado ao CECS da Universidade do Minho (Braga/Portugal). Doutor em Estudos de Comunicação pelas Universidades do Minho (UMinho), da Beira Interior (UBI), Universidade Lusófona de Lisboa e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Mestre em Ciências da Comunicação (UMinho) e Especialista em Comunicação (PUC/PR/Brasil). É publicitário, professor universitário, fundador do site Vagas pelo Mundo, escritor e autor do livro “Morar Fora: sentimentos de quem decidiu partir” da Editora Chiado, lançado em Portugal e no Brasil. Vive em Portugal desde 2014 e é apresentador do Podcast Partiu Morar Fora, com mais de 300.000 ouvintes, onde compartilha experiências sobre a vida de imigrante, seus desafios, batalhas, conquistas e vitórias. Através de seus textos, site, livro, redes sociais e Podcast já ajudou milhares de pessoas a realizarem o sonho de morar no exterior.

Daniel Meirinho é fotógrafo, educador, pesquisador, artista visual e curador independente. É Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia - (PPgEM). Bolsista Produtividade PQ2 CNPq. É líder do Grupo de Pesquisa VISU - Laboratório de Práticas e Poéticas Visuais - CNPq. Doutor Comunicação e Artes pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Atua como pesquisador na área da fotografia negra contemporânea brasileira e coordena o projeto Olhos Negros, que realiza um mapeamento de fotógrafos negros em todo o território nacional. Desenvolve pesquisas área das políticas da imagem com enfoque em abordagens artísticas e contemporâneas, sobretudo, ligadas aos estudos sobre raça, representação, arte afro-brasileira contemporânea, fotografia e performance. É educador social e possui trabalhos em metodologias participativas visuais e Photovoice.

Disakala Ventura exerce o cargo de Coordenador Geral na Rede das Organizações da Sociedade Civil do Cazenga – ROSCCA, em Angola, e desde 2018, é Diretor de Pessoal e Quadros na ONG Plataforma Cazenga em Acção – PLACA, da qual é membro cofundador. Entre 2016 e 2023, foi professor de Psicologia e Formação de Atitudes Integradoras. É psicólogo de formação e ativista pelos direitos humanos.

Géssica Correia Borges é paulistana, nascida e criada na periferia do Grajaú, e vive no Porto desde 2017. É comunicadora social, mestre em Estudos Africanos, e poeta de coração, com textos publicados em antologias como a “Poetas Negras Brasileiras” (Editora de Cultura, 2021). Faz parte de coletivos e associações antirracistas portuguesas como a União Negra das Artes (UNA), e atualmente é doutoranda pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, com pesquisa voltada para atuação de mulheres negras e ativistas nos meios de comunicação.

Margarida Maneta é mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL) e está a fazer um segundo mestrado em Literacia dos Media e da Informação e Cidadania Digital na Universidade Lusófona. É bolseira de investigação no projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital (PTDC/COM-OUT/0243/2021), do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). É co-coordenadora do Grupo de Trabalho Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom).

Maria José Brites é professora associada com agregação da Universidade Lusófona e membro da direção do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). É investigadora principal do projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital (PTDC/COM-OUT/0243/2021). Coordenou o projeto DiCi-Educa-Centros Educativos com Competências Digitais e Cívicas (financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian) e o projeto europeu SMaRT-EU (LC-01563446). Os seus interesses de investigação incluem metodologias participativas, juventude, jornalismo e participação, estudos de audiência e literacias críticas.

Mariana Müller é doutorada pela Universidade do Minho (Programa Doutoral FCT Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade) e tem um mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Foi doutoranda visitante na Universidade Erasmus de Roterdão. Os seus interesses de investigação incluem jornalismo cultural, estudos de audiência e receção, estudos pós-coloniais e estudos de género. É bolsista de pós-doutoramento no projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital (PTDC/COM-OUT/ 0243/2021).

Redy Wilson Lima é formado em Sociologia e Investigador em Estudos Urbanos, associado ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e ao Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do ISIEG/Universidade de Lisboa. É membro do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África e da Associação Portuguesa de Antropologia e professor assistente convidado no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. Desenvolve pesquisas etnográficas e colaborativas no contexto cabo-verdiano nos campos da sociologia urbana, sociologia da violência e do crime, sociologia da juventude e movimentos sociais.

Teresa Sofia Castro é professora auxiliar e investigadora na Universidade Lusófona e membro do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). É a investigadora principal do projeto iTech Families e co-investigadora principal do projeto YouNDigital - Jovens, Notícias e Cidadania Digital. Ambos os projectos são financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Tem um pós-doutoramento em media e estudos culturais na Universidade NOVA e um doutoramento europeu em Tecnologia Educativa (UMinho). Ambos foram financiados pela FCT. É também membro ativo do EU Kids Online. Os seus recursos educativos abrangem os direitos digitais das crianças, cidadania, mediação, riscos online e ética na investigação.

WWW.YOUNDIGITAL.COM